



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 180992 - ES (2021/0207856-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA - SJ/ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE VILA VELHA - ES
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

Cuida-se de conflito negativo de competência instaurado entre o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA CRIMINAL DE VITÓRIA (ES), suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE VILA VELHA (ES), suscitado, no âmbito de inquérito policial instaurado desfavor de EDIS MARIA CAVALCANTE SILVA, em razão de suposto cometimento do crime capitulado no art. 171, § 3º, c/c o art. 304, na forma dos arts. 14, II, e 69, todos do Código Penal.

Da decisão proferida pelo Juízo suscitante destacam-se os seguintes trechos (fls. 2-23):

Trata-se de Inquérito Policial originariamente distribuído à Justiça Estadual, instaurado a partir de Auto de Prisão em Flagrante em desfavor de EDIS MARIA CAVALCANTE SILVA, em razão de suposto cometimento do crime capitulado no art. 171, § 3º, c/c art. 304, na forma dos arts. 14, II, e 69, todos do Código Penal.

Consta nos autos que EDIS MARIA CAVALCANTE SILVA teria feito uso de documentos de identidade falso perante duas agências do Banco Santander, em Vila Velha - ES, na tentativa de sacar benefício do INSS pertencentes a titulares distintos.

A prisão em flagrante ocorreu em 25/05/2021, sendo convertida em prisão preventiva, em audiência de custódia, realizada em 26/05/2021 (Evento 1 - INIC1 - fls. 120/122).

Em 09/06/2021, o Juízo Estadual declinou de sua competência em favor desta Justiça Federal (Evento 1 - INIC1 - fls. 142/143), tendo sido o feito distribuído para este Juízo somente na presente data (29/06/2021).

Como se sabe, a competência da Justiça Federal em matéria criminal se encontra taxativamente estabelecida no artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, abrangendo "os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral".

O presente Inquérito visa apurar a suposta ocorrência de crime supostamente praticado mediante saque fraudulento de benefício previdenciário contra correntista de instituição financeira privada (Banco Santander).

Nesse contexto, entendo que a conduta supostamente ilícita não foi suscetível de acarretar prejuízo em potencial direto a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, no caso o INSS. Isso porque, como dito, a suposta fraude foi empregada para viabilizar o saque (indevido) de benefício previdenciário (aposentadoria) aparentemente concedido de forma regular ao segurado (vítima).

Não há indicativo de emprego de fraude direcionada à concessão (indevida) de benefício previdenciário mantido pelo INSS. Desse modo, o prejuízo associado à conduta supostamente delitiva recairia, quando muito, apenas ao particular ofendido e ou, a depender das circunstâncias, à instituição financeira no qual o mesmo mantinha conta (no caso o Banco Santander).

Logo, não há causa juridicamente legítima que justifique o deslocamento da competência para condução do inquérito policial para a Justiça Federal.

[...]

É verdade que, pela precariedade dos elementos existentes, não se pode descartar a possibilidade de surgimento no futuro de novas evidências no sentido de que a própria concessão do benefício previdenciário cujo saque se pretendeu tenha sido igualmente fraudulenta e praticado dentro de uma mesma empreitada criminoso. No entanto, não é isso o que ordinariamente se sucede em situações fáticas com contornos semelhantes à hipótese dos autos, e, ao menos por ora, não se tem qualquer indicativo nos autos, mínimo que seja, que aponte para essa possibilidade. Como se não bastasse, a definição do Juízo competente para o processamento de inquéritos se dá a partir dos indícios até então existentes.

[...]

Isso significa, em termos práticos, que o feito, enquanto persistirem inalteradas as condições fático-processuais até então delineadas, devem permanecer em trâmite perante a Justiça Estadual.

Pelo exposto, suscito o conflito negativo de competência, com fundamento nos artigos 114, inciso I, e 115, inciso III, do Código de Processo Penal. Remetam-se os autos ao STJ, na forma do artigo 116, caput e §1º, do Código de Processo Penal, com a máxima urgência, uma vez que se trata de Inquérito com réu preso, consignando a potencial necessidade da designação provisória a que alude o artigo 955 do Código de Processo Civil (aplicável por analogia).

É, no essencial, o relatório. Decido.

A ação originária que envolve pena privativa de liberdade. Em razão disso, deve ser designado um dos Juízos envolvidos neste conflito para decidir as medidas urgentes.

Considerando a existência de fundamento fáticos processuais semelhantes a hipóteses dos autos para o processamento de inquéritos se dá a partir dos indícios então existentes, prevalece a competência do Juízo suscitado para responder pelas aludidas medidas.

Ante o exposto, designo o JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE VILA VELHA (ES), ora suscitado, para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Comunique-se, ainda, ao Juízo suscitado para que preste as devidas informações, em 10 dias, nos termos do art. 954, *caput*, do Código de Processo Civil.

Dê-se ciência ao Juízo suscitante acerca do que foi aqui determinado.

Após, vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, sejam os autos conclusos ao relator (art. 955, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente